

## A importância da educação inclusiva



Estima-se que, no Brasil que cerca de 15 milhões de pessoas têm algum tipo de necessidade especial. As necessidades especiais podem ser de diversos tipos: mental, auditiva, visual, físico, conduta ou deficiências múltiplas. Deste universo, muitos sofrem com algum tipo de dificuldade de aprendizagem relacionada à linguagem: dislexia, disgrafia e disortografia. Segundo Martins (2001), a dislexia é a de maior incidência e merece toda atenção por parte dos gestores de política educacional, especialmente a de educação especial.

Alunos com necessidades educacionais especiais são aqueles que, por alguma espécie de limitação, requerem certas modificações ou adaptações no programa educacional, a fim de que possam atingir seu potencial máximo. Essas limitações podem decorrer de problemas visuais, auditivos, mentais ou motores, bem como de condições ambientais desfavoráveis.

Segundo Stainback e Stainback (1990), inclusão é uma consciência de comunidade, uma aceitação das diferenças e uma co-responsabilização para obviar às necessidades de outros.

Inclusão implica que os indivíduos freqüentem as mesmas escolas com os seus irmãos e vizinhos e o resto da população em geral, com colegas do mesmo nível etário, com objetivos de aprendizagem pertinentes e individualizados e com os apoios necessários para ajudá-lo a aprender (por exemplo, material específico de apoio como: todo material letrado transcrito em Braille, intérprete de LIBRAS; além de atendimento específico em sala de recursos).

Em 1990 houve a Conferência de Educação para Todos, em Jomtien (Tailândia), reafirmando o direito à educação de todos os indivíduos, tal como está inscrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, e renovando a garantia dada pela comunidade mundial na Conferencia Mundial sobre a educação para todos de 1990, de assegurar esse direito, independentemente das diferenças individuais.

O mais importante documento que norteia a Educação Inclusiva é a Declaração de Salamanca. Esta é ao mesmo tempo, uma Declaração de Direitos e uma proposta de ação. Surgiu na Conferencia Mundial, patrocinada pela UNESCO em junho de 1994, em Salamanca na Espanha. Tem como objetivo maior, garantir o direito a todos os alunos, com qualquer grau de deficiência ou distúrbio de aprendizagem, ao que no comum chamamos de Educação Comum.

A partir daí, iniciou-se em todo o mundo um processo de reintegração do aluno portador de necessidades educacionais especiais ou distúrbios de aprendizagem na Escola em classes comuns.

Educação Inclusiva é o nome desse movimento mundial, que propõe o atendimento do educando em classes comuns, garantindo-se as especificidades necessárias, com um atendimento de um professor especialista ao professor da classe comum.



A atual Política Educacional Brasileira inclui em suas metas a inclusão, na escola regular, de indivíduos portadores de necessidades educacionais especiais, com apoio de atendimento educacional especializado, quando necessário.

A Escola, depois da família, é o primeiro e fundamental espaço para o processo de socialização da pessoa com necessidades especiais. Estamos cientes de que as experiências de inclusão de alunos deficientes no ensino são ainda incipientes e merece uma reflexão tanto sobre o seu processo de implantação quanto sobre seus resultados. Além de ser imprescindível, para a sua realização, o envolvimento de profissionais de áreas interligadas como saúde e ação social, bem como dos pais e comunidade em geral.

Faz-se necessário, também, para um aprofundamento dessas práticas e para uma maior eficácia das mesmas, um trabalho de sensibilização do corpo docente, discente e dos funcionários da rede de ensino, acrescido de um programa de capacitação e aprimoramento profissional.

Assim, é fundamental um trabalho com os que dirigem e atuam no sistema de ensino, bem como, com os pais que têm filhos atendidos nas escolas. Um trabalho que vise a modificar posturas e atitudes com relação à freqüência de educando com deficiências nessas unidades, bem como difundir informações corretas sobre o tema.



É importante ressaltar que um trabalho desses, de preparação das escolas para aceitar alunos com necessidades educacionais especiais contribui para um melhor atendimento aos educando em geral e também para o desenvolvimento de ações de prevenção e detecção precoce de deficiências, além de fomentar a construção de uma sociedade mais tolerante.

Para Jiménez (1997), a priori, uma educação especial integrada, bem planejada, com programas e serviços adequados, deverá oferecer um conjunto de vantagens para todos os membros implicados: aos alunos com necessidades educacionais especiais, porque lhes possibilita um maior desenvolvimento intelectual e progressos nas aprendizagens; aos alunos normais, porque os torna mais tolerantes e sensíveis ao proporcionar-lhes experiências positivas de convivência; para os professores, a integração pode também trazer vantagens, na medida em que significa uma troca e renovação que atualizará e melhorará a sua formação; à escola, também a integração pode representar um benefício, pois supõe uma melhoria e enriquecimento no âmbito escolar em geral; aos pais dos alunos normais, assim como aos pais dos alunos deficientes que se beneficiam da integração ao torná-los participantes de um processo educativo que enriquece a todos, tornando-os mais tolerantes, informados e colaboradores; à sociedade, que com sua atitude, favorece a integração escolar, convertendo-se numa sociedade aberta em que é possível a convivência e onde todos os membros encontram um lugar para participar na resolução dos seus problemas e na sua própria evolução.